

Outra parte no processo: Département du Loiret, Scott SA (representantes: J. Lever QC, J. Gardner, Barrister e G. Peretz, Barristers, R. Griffith e M. Papadakis, solicitors)

## Objecto

Recurso interposto do acórdão do Tribunal de Primeira Instância (Primeira Secção), de 29 de Março de 2007, Département du Loiret/Comissão (T-369/00), no qual o Tribunal de Primeira Instância anulou a Decisão 2002/14/CE da Comissão, de 12 de Julho de 2000, relativa ao auxílio estatal concedido pela França à Scott Paper SA/Kimberly-Clark (JO 2002, L 12, p. 1), na parte em que diz respeito ao auxílio concedido sob a forma de preço preferencial do terreno referido no seu artigo 1.º — Método de cálculo dos juros devidos sobre os montantes ilegalmente recebidos: taxa de juro simples ou composta? — Fundamentação da escolha deste método e inversão do ónus da prova — Momento em que se deve apreciar a existência de uma vantagem ilegal

## Parte decisória

1. O acórdão do Tribunal de Primeira Instância das Comunidades Europeias de 29 de Março de 2007, Département du Loiret/Comissão (T-369/00), é anulado.
2. O processo é remetido ao Tribunal de Primeira Instância das Comunidades Europeias.
3. Reserva-se para final a decisão sobre as despesas.

<sup>(1)</sup> JO C 211 de 8.9.2007.

**Acórdão do Tribunal de Justiça (Segunda Secção) de 11 de Dezembro de 2008 (pedido de decisão prejudicial do Landgericht Regensburg — Alemanha) — Processo penal contra Klaus Bourquain**

(Processo C-297/07) <sup>(1)</sup>

(«Convenção de aplicação do Acordo de Schengen — Artigo 54.º — Princípio *ne bis in idem* — Âmbito de aplicação — Condenação à revelia pelos mesmos factos — Conceito de “definitivamente julgado” — Normas processuais do direito nacional — Conceito de sanção que “não possa já ser executada”»)

(2009/C 32/08)

Língua do processo: alemão

## Órgão jurisdicional de reenvio

Landgericht Regensburg

## Parte no processo nacional

Klaus Bourquain

## Objecto

Pedido de decisão prejudicial — Landgericht Regensburg — Interpretação do artigo 54.º da Convenção de aplicação do acordo de Schengen, de 14 de Junho de 1985, entre os Governos dos Estados da União Económica Benelux, da República Federal da Alemanha e da República Francesa relativo à supressão gradual dos controlos nas fronteiras comuns (JO 2000, L 239, p. 19) — Interpretação do princípio *ne bis in idem* — Condenação por contumácia pelos mesmos factos — Falta de execução e de condenação abrangidas ulteriormente por medidas de amnistia geral

## Parte decisória

O princípio *ne bis in idem* consagrado no artigo 54.º da Convenção de aplicação do Acordo de Schengen, de 14 de Junho de 1985, entre os Governos dos Estados da União Económica Benelux, da República Federal da Alemanha e da República Francesa relativo à supressão gradual dos controlos nas fronteiras comuns, assinada em 19 de Junho de 1990, em Schengen (Luxemburgo), aplica-se a um processo penal instaurado num Estado contratante por factos pelos quais o arguido já foi definitivamente julgado noutro Estado contratante, mesmo quando, nos termos do direito do Estado em que foi condenado, a pena, devido a especificidades processuais como as do processo principal, nunca pôde ser executada directamente.

<sup>(1)</sup> JO C 211 de 8.9.2007.

**Acórdão do Tribunal de Justiça (Comissão das Comunidades Europeias Secção) de 11 de Dezembro de 2008 — Comissão das Comunidades Europeias/Freistaat Sachsen**

(Processo C-334/07 P) <sup>(1)</sup>

(«Recurso de decisão do Tribunal de Primeira Instância — Auxílios de Estado — Projecto de um regime de auxílios a pequenas e médias empresas — Compatibilidade com o mercado comum — Critérios de exame dos auxílios de Estado — Aplicação no tempo — Projecto notificado antes da entrada em vigor do Regulamento (CE) n.º 70/2001 — Decisão posterior a essa entrada em vigor — Confiança legítima — Segurança jurídica — Notificação completa»)

(2009/C 32/09)

Língua do processo: alemão

## Partes

Recorrente: Comissão das Comunidades Europeias (representantes: K. Gross, agente)

Outra parte no processo: Freistaat Sachsen (representante: Th. Lübbig, Rechtsanwalt)